



APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM, NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS, COMO FORMA DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

Prefácio
Elias Marques de Medeiros Neto

30
anos | FORUM

Prefácio
Elias Marques de Medeiros Neto

Área específica
DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA.

Áreas afins
TRABALHISTA E ARBITRAGEM.

Público-alvo/consumidores
ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM DIREITO E
CONTABILIDADE. PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DO TRABALHO. ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO: 10003259

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P942a	Pretti, Gleibe Aplicação da arbitragem, nas relações trabalhistas, como uma forma de efetividade da justiça / Gleibe Pretti. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 283 p. : il. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia, apêndice e anexo. ISBN: 978-65-5518-354-2
	1. Direito Trabalhista. 2. Direito Processual Trabalhista. 3. Arbitragem. I. Título.
2022-790	CDD: 342.68 CDU: 342.9

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PRETTI, Gleibe. *Aplicação da arbitragem, nas relações trabalhistas, como uma forma de efetividade da justiça*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 283 p. ISBN 978-65-5518-354-2.

Gleibe Pretti

Doutor no Programa de pós-graduação em Direito da Universidade de Marília (UNIMAR-CAPES-nota 4), área de concentração Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social, com a tese: *Aplicação da arbitragem nas relações trabalhistas, como uma forma de efetividade da justiça* (Concluído em 09.06.2022, aprovado com nota máxima). Mestre em Análise Geoambiental na Univeritas (UnG). Pós-graduado em Direito Constitucional e Direito e Processo do Trabalho na UNIFIA-UNISEPE (2015). Bacharel em Direito na Universidade São Francisco (2002) e Licenciatura em Sociologia na Faculdade Paulista São José (2016). Exerce a função de Coordenador de relacionamento do Mestrado em estudos jurídicos, com ênfase em direito internacional da Must University e Coordenador do curso de Direito da FAUSP - Faculdades Unidas de São Paulo. Atualmente, é Professor Universitário na Graduação nas seguintes faculdades: Estácio, Campos Salles (FICS) e Faculdades Unidas de São Paulo (FAUSP). Avaliador do MEC (Ministério da Educação). Professor da Jus Expert, em perícia grafotécnica. Secretário de comunicação da comissão da OAB-Pinheiros. Atua como Advogado, Árbitro na Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada de São Paulo S.S. Ltda. Cames/SP e na Secretaria Nacional dos Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (SND API), da Secretaria Especial de Cultura (Secult), desde 2015. Especialista nas áreas de Direito e Processo do Trabalho, assim como em Arbitragem. Focado em novidades da área como: LGPD nas empresas, Empreendedorismo em face do desemprego, Direito do Trabalho Pós-Pandemia, Marketing Jurídico, Direito do Trabalho e métodos de solução de conflito (Arbitragem), Meio ambiente do Trabalho e Sustentabilidade, Mindset 4.0 nas relações trabalhistas, Compliance Trabalhista, Direito do Trabalho numa sociedade líquida, dentre outros). Autor de mais de 100 livros na área trabalhista, dentre outros, com mais de 290 artigos jurídicos (período de 2020 a 2022), em revistas e sites jurídicos, realizados individualmente ou em conjunto.

E-mail: professorgleibe@gmail.com

Redes sociais: @professorgleibepretti

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Elias Marques de Medeiros Neto.....	17
-------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO.....	19
-------------------	----

INTRODUÇÃO	21
------------------	----

CAPÍTULO 1

APONTAMENTOS ACERCA DA JUSTIÇA, JURISDIÇÃO, ASSIM COMO OS ENTRAVES E O SEU ACESSO, COM OS REFLEXOS NA SOCIEDADE	29
---	----

1.1 Justiça e seus aspectos práticos.....	29
1.2 Jurisdição	33
1.3 Acesso à justiça e seus entraves	38
1.4 Ondas renovatórias da justiça.....	46
1.5 Análise do direito e acesso à Justiça do Trabalho.....	83

CAPÍTULO 2

A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO TRABALHISTA EM NÚMEROS, A IMPORTÂNCIA DA ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DAS CÂMARAS ARBITRAIS NO BRASIL	103
---	-----

2.1 Ações na Justiça do Trabalho em números.....	103
2.2 Arbitragem, seus elementos, sua análise no direito comparado e na Justiça do Trabalho no Brasil	109
2.3 Apresentação da justiça arbitral	122
2.3.1 A evolução histórica da Lei nº 9.307/1996	122
2.3.2 Ética e natureza jurídica da arbitragem.....	127
2.3.3 Pressupostos da arbitragem.....	136
2.3.4 Formas de instituição da arbitragem	145
2.3.5 Cláusula compromissória.....	147
2.3.6 Compromisso arbitral e suas vantagens.....	151
2.3.7 A arbitragem como meio adequado e alternativa de acesso à justiça célere.....	158
2.3.8 Análise dos procedimentos das arbitragens nas maiores câmaras arbitrais do Brasil	171
2.3.9 As vantagens a arbitragem e a sua utilização nas relações de trabalho	174

CAPÍTULO 3

APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM COM A LEGISLAÇÃO ATUAL NAS RESCISÕES DO CONTRATO, SUA POSTERIOR ALTERAÇÃO, RELAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATO-PROCEDIMENTO (<i>VERTRAGS-VERFAHREN</i>) E A EXECUÇÃO DO ACORDO OU SENTENÇA ARBITRAL EM VARAS ESPECIALIZADAS	181
--	-----

3.1 Aplicação prática da arbitragem com a legislação atual, nas hipóteses de rescisão do contrato de trabalho e mudança legislativa a fim de ampliar o instituto	184
3.2 Princípio contrato-procedimento (<i>Vertrags-verfahren</i>) da cláusula arbitral, com a possibilidade de produção antecipada de provas, assim como a aplicação do artigo 190 do CPC, em virtude da autonomia da vontade tal qual as tutelas de urgência e sua aplicação na arbitragem	199

3.3	Criação de varas especializadas para executar ou anular decisões, assim como acordos, proferidos sob a égide da Lei nº 9.307/1996.....	208
3.4	Projetos de lei destinados à criação de regras de aplicação da arbitragem e inovações legislativas.....	224
	CONCLUSÃO	229
	REFERÊNCIAS.....	235
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A – Tabela comparativa das câmaras	263
	APÊNDICE B – Tabela comparativa das câmaras.....	265
	APÊNDICE C – Tabela comparativa das câmaras	267
	APÊNDICE D – Sugestões de alteração de lei a fim de dar efetividade à arbitragem	269
	ANEXOS	
	ANEXO A – Números de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho	273
	ANEXO B – Números de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho.....	275
	ANEXO C – Números de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho	277
	ANEXO D – Ações ajuizadas após Lei nº 13467/2017	279
	ANEXO E – Processos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho após 2020.....	281
	ANEXO F – Processos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho após 2020.....	283